

## **CAMINHOS DE PESQUISA: o percurso teórico-metodológico sobre a mediação de conflitos em escolas públicas do Ceará**

Katury Rayane Rodrigues Ramos<sup>1</sup>  
Rosemary de Oliveira Almeida<sup>2</sup>  
Irene Alves de Paiva<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O desenvolvimento de uma pesquisa é um desafio constante ao pesquisador, pois o olhar atento aos detalhes do movimento do campo é a grande chave para as descobertas sobre o ato de pesquisar. A curiosidade é o que move todo esse empreendimento. No caso específico desta pesquisa, conflitos e violências no ambiente escolar são recorrentes e que merecem nossa atenção à problemática da construção e reprodução. O contexto da violência na medida em que esta é visualizada como uma das possíveis consequências dos conflitos interpessoais é o foco de análise. A escola Mar é o campo desta pesquisa. Localizada no bairro Mucuripe da cidade de Fortaleza-CE é da rede municipal de ensino vinculada a Secretaria Municipal de Educação (SME) e do distrito II de educação. A pesquisa é qualitativa e a metodologia é exploratória descritiva.

**Palavras-chave:** Pesquisa; Pesquisador; Conflito; Violência; Metodologia.

### **ABSTRACT**

The development of a research is a constant challenge to the researcher, since the close attention to the details of the field movement is the great key to the discoveries about the act of researching. Curiosity is what drives this whole enterprise. In the specific case of this research, conflicts and violence in the school environment are recurrent and deserve our attention to the problems of construction and reproduction. The context of violence insofar as it is viewed as one of the possible consequences of interpersonal conflicts is the focus of analysis. The Mar school is the field of this research. Located in the Mucuripe district of the city of Fortaleza-CE is the municipal education network linked to the Municipal Department of Education (SME) and the education district II. The research is qualitative and the methodology is exploratory descriptive.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Mestrado Acadêmico em Sociologia da UECE.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

**Keywords:** Search; Researcher; Conflict; Violence; Methodology.

## INTRODUÇÃO

O início desta pesquisa coincidiu com a realização do curso de mediação de conflitos realizado no bairro Bom Jardim da cidade de Fortaleza. Nosso interesse pela área da mediação de conflitos, desde então, veio se ampliando, bem como nossa relação íntima, ainda no curso graduação, com a escola, pois com o exercício da atividade de bolsista do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), pudemos vivenciar a realidade da escola pública. Assim, fomos conhecendo sujeitos e agentes desse meio e direcionamos nosso olhar para a mediação de conflitos escolares.

Sobre o curso de mediação, ressaltamos a relação dos núcleos de mediação comunitária (NMC) com a comunidade onde estão situados. No nosso caso, estagiamos no núcleo de mediação do bairro Bom Jardim. Os núcleos de mediação comunitária fazem parte do Programa criado pelo Ministério Público do Estado do Ceará/MPCE para fortalecer as atividades de mediação em bairros que já estavam sendo desenvolvidas ações voltadas para resolução de conflitos por meio dialógico. Esses momentos nos proporcionaram um contato inicial com a prática da mediação.

Os primeiros momentos foram realizados com aulas ministradas por agentes do poder Judiciário que exercem atividades de mediação e conciliação<sup>4</sup>. Com o auxílio de *slides* e relatos de experiências demonstrou-se a relação entre resolução de casos de conflitos por meio da justiça punitiva, em que a figura do juiz realiza a tomada de decisões, e a justiça restaurativa, em que existe o mediador de conflitos que vai facilitar o diálogo e o acordo entre os envolvidos. Desse modo, a caracterização teórica com autores da área da mediação, bem como o estágio, sendo a parte prática do curso, ampliaram nosso contato com a área. Com a ajuda de outros mediadores e com um olhar atento para as ações desenvolvidas no núcleo, percebemos que a atenção em relação à escuta dos casos é um dos pilares essenciais para o exercício da mediação.

Todavia, já em contato com os dilemas do cotidiano escolar, notamos que a mediação na escola poderia ser um momento de reconstrução das relações, muitas

---

<sup>4</sup> Na mediação de conflitos se tem a figura do mediador que exerce atividade de facilitador. As pessoas envolvidas nos conflitos procuram autonomamente as soluções. Já na conciliação, o conciliador, que também é um facilitador pode atuar e participar da busca do acordo entre as partes.

vezes, conflituosas entre os sujeitos escolares. As nossas inquietações sobre os conflitos diários na escola e na forma de solucioná-los tiveram um redirecionamento quando observamos a técnica do diálogo e da escuta. Percebemos a possibilidade de alunos, professores e a comunidade escolar buscarem resoluções para seus próprios conflitos, que nem sempre são percebidos diante das rotinas escolares.

### **Caracterização da pesquisa e dos sujeitos em estudo**

A escola Mar<sup>5</sup> é o *locus* desta investigação e localiza-se no bairro Mucuripe da cidade de Fortaleza do estado do Ceará. Fundada em dois de outubro de mil novecentos e setenta e nove (02/10/1979). Pertence à Rede Municipal de Ensino mantida pela Prefeitura de Fortaleza e vinculada à Secretaria Municipal de Educação – SME, por meio do distrito<sup>6</sup> II de educação. Atende a uma demanda de 1.150 alunos dos bairros: Mucuripe, Castelo Encantado, Varjota e Meireles. Possui a Educação Infantil e o Ensino Fundamental no turno da manhã e da tarde, além da EJA – Educação de Jovens e Adultos, 1º e 2º segmentos, no turno da noite.



Fonte: elaborada pelas autoras

---

<sup>5</sup> Em decorrência dos conflitos mencionados, que foram enfatizados pelos próprios sujeitos da pesquisa em conversas e entrevistas, atribui nome fictício à escola e aos sujeitos de pesquisa.

<sup>6</sup> São jurisdições que dividem o espaço físico para administração escolar. A atuação da Secretaria Municipal de Educação do estado do Ceará conta com seis distritos distribuídos na cidade de Fortaleza.

No jogo de percepção e conhecimento das lógicas de funcionamento das subjetividades dos interlocutores de pesquisa, a construção das fachadas é um dado de peculiar “a fachada é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados- mesmo que essa imagem possa ser compartilhada, como ocorre quando uma pessoa faz uma boa demonstração de si mesma” (GOFFMAN, 2011, p. 14). Desse modo, ouvir e interpretar as narrativas dos pesquisados mostra a realidade na qual estão inseridos. Nos momentos das entrevistas percebemos uma dificuldade em aprofundar algumas questões devido à noção institucional e os limites da fala de cada agente, por exemplo, os reais conflitos que fizeram a mediação na escola Mar dar uma pausa. Notamos a relação deste fenômeno com a perspectiva e compreensão dos órgãos estatais no trato com a mediação escolar.

(...) conflito, forma pura de sociação e tão necessário à vida do grupo e sua continuidade como consenso. É ele indispensável à coesão do grupo. O conflito não é patológico nem nocivo à vida social, pelo contrário, é a condição para sua própria manutenção, além de ser processo social fundamental para a mudança de uma forma de organização para outra. (SIMMEL, 1983, p. 23).

O conflito promove a sociação. A percepção de pesquisa, assim, é entender os sentidos das práticas e os limites colocados pela legitimidade do Estado. As narrativas, portanto, compõem o campo de elaboração dos processos de percepção e a captação de informações como um pressuposto.

As observações de campo e aplicação de entrevistas semiestruturadas são as técnicas de pesquisa utilizadas. Sobre as entrevistas é interessante salientar que é um momento de interação bem peculiar para o pesquisador e o entrevistado. Por se estabelecer uma conversa com um roteiro de questões e reflexões percebemos que os entrevistados ficaram à vontade e o diálogo aconteceu de forma tranquila. Mencionamos também a escolha do ambiente que pode ou não facilitar no momento da entrevista. Em alguns casos, o barulho tornou-se um entrave para a compreensão das falas, porém o momento da entrevista foi durante o intervalo escolar e, por isso bem mais movimentado.

As entrevistas semiestruturadas são realizadas mediante roteiro preestabelecido e flexível, com perguntas ou tópicos que estimulam os sujeitos a falar sobre o tema, possibilitando a flexibilidade do diálogo, por conseguinte, a obtenção, pelo entrevistador, de mais informações sobre os tópicos do roteiro e outros conteúdos da narrativa, mediante o aprofundamento dos comentários do entrevistado. (SANTOS; OSTERNE; ALMEIDA, 2014, pág. 37).

As situações foram bem diferenciadas, mas a questão da rotina de cada indivíduo e o espaço de trabalho de cada um tornou, algumas vezes, dificultoso a escuta e as problematizações das questões. É importante mencionar que diante das tensões e dos temas abordados, alguns dos nossos interlocutores, sendo promotores de justiça, profissionais da escola como professores e alunos, profissionais e gestores das secretarias de educação, demonstraram a preocupação de não ter seu nome mencionado, e, assim, deixamos bem claro o sigilo e a preocupação da pesquisa em focar nas questões sociais.

Vale salientar os momentos das realizações das entrevistas e observações em campo. Foram bem diferenciados no que refere aos locais selecionados e as posições dos agentes. Entrevistamos inicialmente algumas pessoas referências na área da mediação de conflitos no Ceará. Pessoas engajadas no projeto inicial de fundamentação das ações e atividades de implantação da mediação no Estado. Desse modo, percebemos a necessidade de conhecer o histórico dessas práticas, a partir das falas dos interlocutores envolvidos nesse processo. Os posicionamentos dos agentes de Estado são direcionados para a articulação das ações, por meio do Ministério Público do Estado do Ceará/MPCE apontando o monopólio e reconhecimento jurídico da mediação comunitária vinculados aos núcleos de mediação. Posteriormente, percebemos que a mediação pode ser aplicada em diversas áreas e locais onde haja relacionamentos interpessoais. Desse modo, ocorreu à fundamentação de projetos de mediação em algumas escolas públicas do Estado.

Realizamos, então, entrevistas semiestruturadas com pessoas que estavam diretamente ligadas à perspectiva de implementação da mediação de conflitos no estado do Ceará. Uma delas foi com o promotor de justiça Dr. Francisco Edson de Sousa Landim, ligado à fundação dos Núcleos de Mediação Comunitária/NMC, e que possui uma profunda ligação com as atividades que impulsionaram a mediação de conflitos no estado do Ceará. Em sua fala salientou a perspectiva de ampliação da mediação de conflitos escolares na cidade de Fortaleza e na região metropolitana, como em Caucaia e Horizonte.

Foi a gente em um certo ponto começou a entender que a mediação, ela se aplica também tanto a mediação comunitária, a mediação escolar o que muda é a natureza dos conflitos, mas os princípios, as etapas do processo de mediação se aplica tanto a mediação empresarial, mediação trabalhista, comercial, familiar, escolar e nós tivemos a oportunidade de dialogar com a

Terra des homens a mediação escolar e práticas restaurativas aqui pra algumas escolas. E dessas reuniões que tivemos chegamos a fechar convênios com o estado do Ceará. Fazer um projeto piloto em quatro escolas do Estado. Foi o primeiro projeto de mediação escolar foi com a SEDUC, em seguida nós fechamos um convênio de cooperação técnica com o município que não saiu muito do papel o convênio com o município e a mediação escolar ela foi passo a passo é se ampliando dentro de uma área vamos dizer assim de interesse das escolas e fizemos outros convênios com a prefeitura de Caucaia pra implantar, também, com cinco escolas e por último nós conveniamos com a prefeitura de Horizonte que dessas aqui deu o maior retorno positivo é a prefeitura e o trabalho da Secretaria de Educação de Horizonte. (Promotor de justiça promotor de Dr. Francisco Edson de Sousa Landim, 5 de maio de 2016).

Outra entrevistada foi a professora Aline, coordenadora da célula de medição da SME. Em nossa conversa, percebemos sua dedicação e carinho com que trata os assuntos relacionados à escola. Relatou que já foi durante um tempo diretora e até hoje mantém relação de proximidade com seus ex-alunos que hoje atuam em órgãos ligados à polícia, por exemplo, aos quais recorre quando precisa de parcerias para a pacificação e cultura de paz nas escolas. Ouvimos também uma técnica da célula de mediação, Ana da SME, que explicou os detalhes sobre a atuação nos distritos de educação<sup>7</sup>.

Na célula a gente começou a dar uma cara pra ela a partir de 2014. Em 2013 a professora Aline começou a sair muito, a construir parcerias. Nosso primeiro plano de trabalho que foi em 2013, a gente já colocou que deveria começar escolhendo pessoas dos distritos de educação para trabalhar em parceria com a gente. E também capacitando as próprias pessoas aqui da SME. Porque nós acreditávamos que somente se cada coordenadoria, em cada célula tivesse uma pessoa referência na mediação é que a gente poderia dizer que a secretaria é uma instituição mediadora e isso no segundo momento chegaria até a escola. Então, a gente apresentou esse plano, querendo fazer uma formação. Essa formação que a gente fez em 2014, a ideia era que fossem para as (...). Essas técnicas que o distrito de educação iriam indicar. E pra um profissional referência de cada coordenadoria. Só que isso não foi possível, a Secretaria estava em outro momento. Enfim, a gente não contou com esses técnicos. A formação foi somente nós e os distritos. E tentamos então trabalhar com as possibilidades que nos eram dadas. A gente até hoje não conseguiu ainda fazer com que toda Secretaria compreenda de fato o que é a mediação escolar. Por que a gente compreende a mediação escolar como um conjunto de procedimentos, de habilidades, de técnicas, de saberes e fazeres. Não exclusivamente a técnica de mediação de conflito. A técnica da mediação de conflitos é uma das estratégias que compõe esse conjunto que a gente caracteriza como a célula da mediação escolar, mas infelizmente a Secretaria como um todo não comprou a ideia. Aí assim, pra não ser injusta. O que tem de bom? Existe a confiança plena, total e absoluta no trabalho da professora Aline. Então, a gente tem, digamos assim, uma certa liberdade. (Ana, 6 de julho de 2016).

---

<sup>7</sup> São jurisdições que dividem o espaço físico para administração escolar. A atuação da Secretaria Municipal de Educação do estado do Ceará conta com seis distritos distribuídos na cidade de Fortaleza.

Essa criação de uma pessoa de referência é a possibilidade de reconstrução e ressignificação do ambiente escolar, por meio de um posicionamento e uma compreensão eficaz dos conflitos que contribui para reverter práticas indisciplinadas e promover a paz. Esse direcionamento é realizado pela justiça que tem como foco a restauração das relações, mediante a compreensão efetiva dos conflitos. A mediação é uma metodologia que privilegia amplamente o diálogo entre as partes conflitivas, em busca de entendimento e restauração de laços.

As estruturas e instituições sociais perpassam pela lógica da objetivação da vida, porém existem conexões de sentidos que são vinculadas, por meio das ações sociais que estão em movimento no tecido social e, desse modo, outras formas de ações são construídas e que visam, por exemplo, a desnaturalização de padrões educacionais. No caso da escola, outras práticas educativas, que fogem à lógica punitiva, existem e estas favorecem a ideia do diálogo entre os indivíduos em conflito que, no palco da dinamicidade e lutas sociais, possibilitam uma reconstrução do campo escolar.

Eu vejo como maior desafio essa ausência dessa pessoa de referência na escola. Nas formações a gente vê a metamorfose daqueles meninos. Você vê a metamorfose daqueles professores. Sabe dizer assim, poxa vida tudo que eu queria era dar uma aula em uma sala que quisesse aprender, mas eu estava usando uma estratégia errada pra conseguir isso. Você vê a pessoa percebendo isso e você vê que ali foi o ponta pé. Mas é preciso de uma série de outros espaços. É preciso continuar. Aí de repente não ter essa pessoa na escola pra dar continuidade e nós da SME com o ativismo, mas com um monte de outras coisas pra resolver. Você não dá, não alimenta aquela semente na medida certa e na hora certa que ela precisa. É como se a gente vai, prepara o solo, lança a semente. A sementinha germinou e está lá linda. Aí você passa um mês sem botar água, não bota adubo. Então pra mim hoje o grande desafio é a continuidade desse trabalho, porque a célula e os distritos no meu ponto de vista deviam capacitar essas pessoas de referência. Fazer essa formação inicial e mensalmente alimentar. Acompanhar. E nesses intervalos ter essa pessoa da própria escola dando essa continuidade. Aí a gente não está tendo condições de fazer isso. (Ana, 6 de julho de 2016).

O relato acima evidencia a heterogeneidade de visões e ações institucionais no que diz respeito à mediação. As dificuldades apontadas de integração da mediação escolar às instâncias da SME indicam o caráter dinâmico das políticas públicas em cada setor ou instância governamental. Ainda que existam agentes da SME engajados na inserção processual da mediação escolar, outros sujeitos da mesma Secretaria enxergam poucas possibilidades nesta prática, assim como encontram poucos incentivos estruturais e organizacionais como um todo – no que diz respeito à gestão municipal –

para engajar-se em alguns projetos. Revela-se, neste caso, o viés político de ações estatais destinadas à solução de conflitos, que se expressa pela contradição entre a mediação escolar como ação promotora de paz e a cultura punitiva expressa pelos agentes do Estado. Assim, o uso do monopólio legítimo da violência física, atribuído a seus agentes (WEBER, 2004), no cenário atual, se faz menos processual e cauteloso do que a construção de projetos que visem, à custa de múltiplos e continuados esforços, práticas de tolerância e paz que possam diminuir o potencial de violência nas práticas escolares.

Outro interlocutor foi o mediador de conflitos que fez formação em escolas de Caucaia e Horizonte. Em sua fala percebemos a preocupação em formar alunos mediadores na perspectiva de que eles poderiam mobilizar as ações e levar adiante a iniciativa da mediação nas escolas. Em sua fala “a gente tinha uma resposta muito boa dos alunos nas formações. A gente percebia que eles entendiam a lógica daquilo, do que a gente estava querendo dizer. Mesmo com a idade que eles tinham. A gente pegava um público do sexto ao nono ano. Eles realmente, do jeito deles conseguiam entender”. (Daniel, 7 de maio de 2016).

Mesmo com os entraves destacados na fala da mediadora da SME (acima relatada), este último relato evidencia impactos primeiros de inserção dos sujeitos escolares na mediação, que apreendem o sentido da proposta. No entanto, levamos em consideração que os alunos escolhidos do contexto escolar para participarem destas formações são os que obtêm melhores notas e que são menos conflituosos quanto às regras das escolas, percebemos que a adesão dos alunos à mediação não é aleatória ou unânime. Os alunos escolhidos são os que permitem maior previsibilidade de sucesso na compreensão e aplicação da mediação, mas, serão estes os únicos possíveis potencializadores da cultura de paz na escola?

Esta questão é relevante para a mediação pelo fato de esta prática incluir, em alguns casos, sujeitos em conflito com as regras e autoridades da escola e do Estado como um todo, ao identificar nestes potenciais de liderança que, redirecionados para a mediação, são positivos na visão dos sujeitos escolares sobre os problemas e conflitos cotidianos. Em cada caso, as possibilidades da mediação escolar se ampliam, tanto mais os sujeitos da escola se envolvem para resolver suas questões por meio do diálogo e se tornam autônomos ou independentes de agentes externos ao cotidiano escolar para promover momentos de mediação diversos, programados ou instantâneos.



Nessa lógica das formações em mediação escolar, esta pesquisa está fundamentada em estudo sobre a mediação de conflitos que estão sendo implementadas em escolas públicas e municipais da cidade de Fortaleza, por meio de projetos e parcerias. O primeiro projeto que tivemos contato e um tempo menor de inserção em campo foi o “Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas nas Escolas” que pertence ao Programa Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas do Ministério Público do Estado do Ceará/MPCE. A fundamentação dele foi feita por meio de um Convênio de Cooperação Técnica realizado com as instituições MPCE, Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) e a Organização não-governamental Terre des hommes (ONG TDH), no início de 2013. Estes órgãos já possuíam experiência de Mediação de Conflitos Comunitária em Núcleos da cidade de Fortaleza e outras cidades do Ceará. Também com a Mediação Escolar e Círculos de Resolução de Conflitos em escolas públicas municipais no bairro Bom Jardim da cidade de Fortaleza.

Em relação a esse projeto acompanhamos os contatos e as fases iniciais das atividades nas escolas. A escolha das escolas teve como questão norteadora a vulnerabilidade social dos bairros onde elas se situavam. O projeto que teve como objetivo instaurar as práticas restaurativas em escolas iniciou com momentos de sensibilização em relação à temática da justiça restaurativa, que foram feitos por meio de conversas iniciais para apresentação das ações do Projeto aos núcleos gestores, bem como aplicação de questionários para entender o processo de violência e as demandas dos conflitos. Nesta fase preliminar, a equipe do Projeto – e aqui nos incluímos como participantes da equipe – percebeu uma boa recepção em relação às propostas do Projeto por parte da escola.

Continuamos observando e participando da construção do Projeto do MP, que se desenvolvia lentamente, dado alguns entraves burocráticos da Secretaria de Educação do Estado do Ceará/SEDUC. Assim, buscamos dar continuidade à pesquisa de campo e logo conhecemos outras experiências de práticas restaurativas realizadas em escolas, desta vez do município de Fortaleza, o Projeto “Mediação de Conflitos: um Convite à Paz”, em pleno desenvolvimento, no qual passamos a nos debruçar mais. Optamos em acompanhar, mais especificamente, uma escola municipal, a Mar. A escolha desta escola como campo de análise refere-se ao seu tempo e histórico em experiências diversificadas direcionadas a cultura de paz, como também nossa atuação como pesquisadoras na pesquisa “Mediação de conflitos e restauração da paz na Escola

Pública: narrativas e experiências”<sup>8</sup>. Essa escola atua com alunos de Fundamental II (turno manhã e tarde) e Educação de Jovens e Adultos (turno noite).

Caracterizando os sujeitos em análise, o foco com alunos para realizar os cursos de mediação foi do ensino fundamental II (sexto ao nono ano), meninos e meninas de idades entre 12 e 16 anos. A escola Mar faz parte de outro projeto de mediação de conflitos, sendo “Mediação de Conflitos: um Convite à Paz” que atua em escolas da rede de Ensino Municipal da cidade de Fortaleza. Esse projeto é da Secretaria Municipal de Educação do Estado do Ceará (SME) que atua por meio de uma célula de mediação<sup>9</sup> que oferece formação continuada em escolas municipais voltadas para essa temática. A ONG Terre des hommes/TDH atua no sentido de um suporte técnico com metodologias relacionadas à área.

Desse modo, tornou-se necessário compreender como se davam as ações e as articulações entre os agentes promotores da mediação nas escolas municipais do Projeto. A existência de uma célula de mediação com função administrativa na Secretaria Municipal de Educação/SME interliga os distritos de educação e as escolas. Assim, as ações são articuladas com agentes desses três espaços: escolas, distritos e SME. Na célula de mediação existe um coordenador, os técnicos de educação e o apoio.

Uma das coisas que é diferente dos demais é que a nossa mediação como nós temos os seis distritos<sup>10</sup>. Pois então nos seis distritos tem duas pessoas que representam a mediação. A escola só vem até aqui se for um caso inédito, aliás eu nem gosto, porque ela tem que vir através da mediação lá do distrito, por isso que elas são chamadas de (...), elas mesmo se batizaram de (...) e eu tenho maior respeito. Até pra eu ir numa escola eu digo que vou até a escola, mas primeiro as (...). Dai pra lá as (...) sabem como fazer a coisa. Só se for em última estância, aí que nós vamos, porquê? Nós ficamos dizendo que você está nos representando e eu aqui por trás fazendo a coisa. Aí pronto. Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. Então esse respeito tem que existir. (Professora Aline, 6 de julho de 2016).

---

<sup>8</sup> A pesquisa “Mediação de conflitos e restauração da paz na Escola Pública: narrativas e experiências” analisou a temática da mediação de conflitos escolar no Ceará, como meio de tratamento e resolução de conflitos existentes entre crianças e adolescentes, por meio da investigação de experiências pioneiras realizadas em escolas públicas da periferia de Fortaleza. Teve objetivo central analisar a experiência de Mediação de Conflitos e práticas restaurativas insurgentes na escola pública. Pesquisa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Ceará sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemary de Oliveira Almeida, UECE/CNPq (2013).

<sup>9</sup> É o setor criado pela Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza para implementar uma política de redução da violência dentro da escola, adotando ações de promoção da paz, de mediação e resolução alternativa de conflitos escolares, desenvolvendo sistematicamente a articulação entre Escolas/Distritos/SME e setores estratégicos da sociedade.

Nesse sentido, as ações da célula de mediação são realizadas a partir de três eixos. O primeiro está associado ao fortalecimento organizacional que possui um suporte técnico-operacional com os distritos de educação e os gestores das escolas, com o intento de formar parcerias que venham a colaborar com a prevenção, mediação e resolução dos conflitos escolares. O objetivo é facilitar a orientação e o aperfeiçoamento das ações para minimizar os impactos da violência no ambiente escolar. Quando se fala em não “comprar a ideia”, isso está relacionado à dificuldade das pessoas, em geral, não acreditar na ideia da justiça que propõe a restauração. No âmbito institucional isso é ruim, pois o trabalho fica ainda mais difícil.

O segundo eixo tem como perspectiva a promoção da cultura de paz nas escolas. A estratégia básica é a implantação do projeto piloto “Mediação de Conflitos: um Convite à Paz”. A finalidade é estimular, nas escolas, a adoção das metodologias de práticas restaurativas, medidas de prevenção à violência no meio escolar e de promoção da cultura de paz.

Porém, pra implantar na escola a gente sente a maior dificuldade, porque não só a gente, a célula. É a secretaria. Isso envolve um trabalho de estratégia na formação dos professores, envolve um trabalho na formação dos coordenadores pedagógicos, envolve um trabalho na formação dos gestores. E as nossas ações como elas não são sistêmicas, elas são ações pontuais da célula, emperra um pouco o desenvolvimento. Porém, em 2014 a gente ficou muito em cima desse eixo da resolução. A tia Aline era chamada de bombeiro, eu corria muito as escolas. Eram conflitos de violência mesmo, chamados de violência dura e a professora Aline entrava dando o apoio, fazendo o link com o conselho tutelar, esse link com a DCA, fazendo encaminhamento pro MP. Dando um apoio. Então, as escolas começaram a valorizar muito o trabalho da célula. Em 2014 ficamos conhecidos como os “bombeirinhos” da mediação. Aí 2015 quando a gente chegou no grupo dos orientadores educacionais, eu costumo dizer que foi o nosso laboratório pra dizer que a mediação funciona. (Ana, 6 de julho de 2016).

Esse trabalho estratégico é atrelado ao terceiro eixo que se refere à resolução das situações de conflito e dos problemas provocados pela violência no espaço escolar. O trabalho que é desenvolvido tem como objetivo fundamentar a tomada de decisões intersetoriais e/ou interinstitucionais para resolver situações provocadas pela violência, sendo situações mais complexas que não puderam ser solucionadas no âmbito da escola e que se caracterizam como ameaças ao desenvolvimento das crianças e adolescentes. A estratégia deste eixo é a articulação sistemática entre Escola/Distritos/SME e instituições (governamentais e não-governamentais) para garantir os direitos da criança

e do adolescente. É interessante ressaltar a atuação da ONG TDH, que tem ampla experiência no uso das práticas restaurativas. Nesse sentido, a TDH desenvolve ações de formação e capacitação dos gestores, professores, estudantes e comunidade escolar como um todo, sobre práticas restaurativas. Quando se fala em formação é necessário lembrar que esse professor já vem de uma trajetória advinda do meio acadêmico que nem sempre é construtora de ações restaurativas.

Observou-se que a formação repassada ao professor, dentro da Academia, é insuficiente sob inúmeros aspectos e torna-se mais evidente quanto às relações no espaço escolar. Cabe ao professor, como mediador do conhecimento, utilizar o ambiente privilegiado da escola para a construção da cidadania, baseada em princípios de igualdade, tolerância e convivência. (ALMEIDA, 2009, p. 140).

Dando continuidade às reflexões e descobertas no decorrer da nossa inserção em campo, pudemos perceber, inicialmente, que as ações desenvolvidas para implantação da mediação na escola, embora pontuais, foram bem sucedidas. Nos primeiros momentos, assim que chegamos à escola, percebemos, à primeira vista, o quanto a escola era barulhenta. As pessoas sempre falavam em um tom de agitação. Assim, pensamos que deveria ser consequência da instabilidade estrutural que percebemos *a priori*. Muitos alunos fora de sala. A escola, por ser um prédio de três andares, possui um amplo espaço na parte central. Nesse local, os alunos ficavam em grupos e praticavam esportes, como “jogar bola” nos horários dos intervalos. Nesses momentos era possível facilmente observar conflitos de diversas esferas, desde discussões banais a brigas efetivas. O intervalo era sempre um momento de muita confusão. A hora do intervalo era bem conturbada, com diversos conflitos e situações agressivas, sendo: agressões verbais, como xingar e ameaçar; agressões físicas como bater, empurrar, chutar; e agressões psicológicas como humilhar, provocar e apelidar. Era clara a existência de conflitos interpessoais:

Os conflitos interpessoais, nas sociedades contemporâneas, assumem diversas configurações nem sempre enfrentadas no interior do universo jurídico, negando, em grande parte, as regras e as convenções deste campo. Os embates interpessoais assumem diferentes conotações ou classificações: rixas, intrigas, desavenças que sinalizam um cotidiano conflituoso, permeado por valores de honra, lealdade, traição, coragem, valentia e vingança. (BARREIRA, 2011, p. 25).

Os fatos narrados de conflitos interpessoais referem-se aos campos e às culturas escolares, como afirma Libâneo (2008). É possível captar significados, valores, atitudes, modos de convivência, formas de agir e de resolver problemas, frequentemente ocultos, invisíveis, que vão definindo uma cultura própria de cada escola, pois “o clima da escola”, ou “atmosfera” escolar, é caracterizado por um “sentimento geral afinado” com o estabelecimento, favorecendo o bom relacionamento e a identificação institucional necessária ao funcionamento adequado das instituições (ZAGO, 2011, p.115). Essa percepção da identidade escolar revela o contexto de socialização dos indivíduos e como as relações estabelecidas entre os sujeitos escolares se constituem mediante a experiência vivenciada que, nesse caso, estão situados em torno de conflitualidades diversas.

Em relação às tentativas de conter certos conflitos para apaziguar o ambiente, percebemos a sala da direção sempre muito lotada com muitas demandas de conflitos. Entretanto, as tentativas de diálogos eram quase sempre frustradas, pois tanto os alunos como os responsáveis pela direção, nessas situações de conflitos, reagem de forma enérgica com gritos de ambas as partes, por exemplo. Ações muitas vezes autoritárias do núcleo diretivo para tentar solucionar os casos não surtiam efeito, como deixar os alunos de castigo na biblioteca. Esses alunos ficavam fora de sala, sem aula e sem atividade, apenas sentados esperando o momento do horário da saída.

Essas observações foram subsídios para buscarmos compreender como tais práticas agiam em relação aos conflitos e como as práticas restaurativas passaram a fazer parte, também, do cotidiano da comunidade escolar para o enfrentamento das conflitualidades. É interessante percebermos que a noção de conflito é peculiar, pois apenas alguns conflitos estão aptos a serem mediados. Algumas violências simbólicas como discriminação por gênero, raça, cor, sexo não fazem parte dessas situações, pois não apontam conflitos iminentes. O que ficou perceptível é que os conflitos que são exteriorizados passam pela mediação. Outras formas de violências que são imperceptíveis não são alvo de mediação diante da não mobilização ao tema da discriminação ou *bullying*, por exemplo. Em campo pudemos notar que oficinas de mobilização à temática da mediação preconizavam a ideia de respeito ao próximo e em alguns momentos tocavam nos assuntos sobre a diversidade racial e sexual. Fizemos algumas falas nesse sentido para salientar a importância desses debates e fortalecer as interações sociais na escola em um ambiente diverso e dinâmico.

## **Violência, conflitos e estado**

O ato de pesquisar é um processo desafiador que nos coloca quase sempre em situações complexas. É interessante ressaltar que os passos iniciais de pesquisa se dão mesmo antes das definições do que seja o espaço físico ou o campo propriamente dito. Os questionamentos e as inquietações nos acompanham desde a fundamentação do objeto até a escrita propriamente dita. A ansiedade é parceira quase que constante nesses momentos de definições e, muitas vezes, nos mostra o quanto é árduo pensar e analisar situações que fazem parte também do cotidiano do pesquisador, como o ensino em instituições públicas, pois fizemos o ensino fundamental, parte do médio e o ensino superior em instituições públicas e, desse modo, nos identificamos em alguns momentos em que estivemos observando o campo com situações já vivenciadas por nós, anteriormente.

A questão de sempre termos residido em bairro de periferia, também fez com que nos identificassem com as falas recorrentes dos nossos interlocutores de pesquisa, os sujeitos escolares, do quanto o bairro é perigoso e o quanto deveríamos ter cuidado ao estar nas paradas de ônibus, pois roubos seriam constantes, segundo eles. Desse modo, as visões revelam o “lugar violento, ou seja, um lugar onde mora o perigo e que deve ser evitado por quem não mora neste lugar” (PAIVA, 2007, p. 3). O imaginário da violência e o medo que sempre observávamos nos olhos de cada um sempre nos colocava numa situação desafiadora, já que o “sair” de casa tornou-se sinônimo de coragem. Perceber as estratégias, seguir as dicas de quais seriam os melhores lugares para descer ou voltar de ônibus tornou-se parte integrante desta pesquisa. É interessante também pensar na reprodução desse imaginário feito muitas vezes pela mídia local, por meio de programas policiais, por exemplo, que apontam uma espetacularização e banalização da violência “sob a pretensa explicação de ‘mostrar’ a violência e suas ‘causas’, os meios de comunicação encontraram na violência um tema apropriado para explorar os sentimentos e as emoções dos indivíduos e, portanto, aumentarem seus índices de audiência”. (BARREIRA, 2011, p. 20).

Interessante é também pensar, nesse sentido, que “mostrar” a violência revela o quanto a estigmatização territorial está presente e amplia a formação dos estereótipos em torno do que seja um bairro violento ou daqueles que são agressores em potencial. As representações sobre os bairros situados nas periferias das grandes metrópoles

emanam ideias de que são os que possuem uma população mais empobrecida e propensa a determinadas práticas de violência, com a formação de gangues rivais em que quase sempre há disputa territorial e aí a reflexão perpassa o campo dos poderes.

A “territorialização” ou delimitação do “campo” configura o facto de jovens residentes em áreas nobres e ricas da cidade não passarem para o “lado de lá”, nem os jovens do “lado de cá” passarem para o “lado de lá”, pelo fato de não conhecerem as “regras”, “códigos” e “protocolos”, recebendo os estigmas e as barreiras sociais que são fruto dessas representações realizadas sobre espaços sociais. (FREITAS; BRASIL; ALMEIDA, 2012, p. 4).

Isso esteve presente nas falas dos entrevistados em campo, quando se remontava ao fenômeno da violência, em que todos reconhecem a existência de campos e locais proibidos de serem frequentados, pois pertence ao comando de gangues. Essas barreiras e códigos de conduta são fruto das representações sobre a violência nesses espaços. As disputas territoriais estão intimamente ligadas à produção desse imaginário e isso fica claro na fala da professora mediadora Maria da escola Mar.

Não, até que agora tá mais calmo. Teve outras épocas que tinham muita (pausa). Aqui quando matam um, aqui é vizinho ao cemitério então ficava um falando. A outra (pausa) como é que a gente fala? A outra comunidade que era rival da [...] ficava em frente da escola. Então teve uma época que era bem mais pesado. Até que a gente tá tendo também apoio agora da polícia né... não sei se você viu essa campanha. Tá havendo um rodízio nas escolas. Passa três dias aqui, três dias em outra escola. Então eu acho que isso também deu uma melhorada em termos de suspeita. (Maria, 18 de maio de 2016).

Assim, não há dúvidas de que, efetivamente, as disputas territoriais que resultam em crimes estão presentes no cotidiano em estudo. Os autores de tais fenômenos são moradores das comunidades que estão nos arredores das escolas. As vítimas são aqueles que também residem nos bairros e que não pertencem ou desobedecem a essa lógica de organização do espaço físico. Em uma pesquisa cartográfica realizada entre os anos de 2007 e 2009 na cidade de Fortaleza, que teve como objetivo traçar o perfil em relação às ocorrências criminosas e violentas constatou-se a inserção dos jovens nas estatísticas de homicídio e os espaços urbanos estigmatizados.

Observamos, entretanto, que parte considerável dos homicídios tem como vítimas um segmento preferencial e profundamente marcado por questões de gênero e classe, constituído por jovens, do sexo masculino, pertencentes às camadas mais empobrecidas da sociedade e de baixa escolaridade no cruzamento dos indicadores de pertencimento geográfico com os dados colhidos pela Cartografia. Do ponto de vista da faixa etária, destacamos que 62% em média desses homicídios, em todas as Regionais de Fortaleza, têm

Desse modo, notamos os jovens de classes mais empobrecidas como vítimas frequentes dos homicídios, reforçando o pensamento de que pensar a violência como uma representação é adentrar em um espaço de múltiplas significações, porém esses resguardam uma caracterização simbolicamente existente em relação aos bairros mais pobres da cidade.

A violência urbana é instrumental, objetiva e cognitiva, pois revela interesses e sentidos emitidos por seus agentes ao usarem a força como instrumento adequado em determinadas situações, mas é, antes de tudo, uma representação, uma expressão simbólica que constrói subjetivamente certo ordenamento de determinados espaços e pessoas, formas de conduta e classificações como fatores de organização das relações sociais. Esta análise possibilita importante visão sobre territorialização e o estigma classificatório do bairro pobre, ganhando destaque à denominação do bairro como violento, representado por seus próprios moradores. No caso de Fortaleza são bairros mais a oeste da cidade, aqueles situados nas denominadas fronteiras da cidade, mais especificamente os que fazem fronteira com a região Metropolitana, os quais, acabam também por concentrar elevados índices de vulnerabilidade social. (FREITAS; BRASIL; ALMEIDA, 2012, p. 5).

A violência urbana é um fenômeno cujas significações passam pelas representações sociais construídas e recaem sobre pessoas, fatos e ações, que acontecem no cotidiano. Essa produção da violência é seletiva e classificatória, pois constrói subjetivamente significados atribuídos a determinados agentes, como moradores das periferias das cidades, e tornam-se fatores motivadores das relações sociais. A estigmatização dos bairros violentos concentrados em áreas pobres é relevante para pensar questões atreladas às realidades das escolas públicas e os quadros de violência, bem como a qualificação entre escolas, pois algumas destas instituições são tidas como as “melhores”, já que estão localizadas em bairros considerados nobres e eleitos como “calmos” e outras estão localizadas em bairros considerados pobres, em situações de vulnerabilidade e, por isso precisam de uma atenção maior. Nessa apreensão da realidade podemos dizer que:

No plano da sociologia, pode-se compreender a formação das representações atuais da violência urbana como a junção de uma série de eventos narrados e presenciados por moradores das grandes cidades, ao mesmo tempo em que eles são bombardeados diariamente com novas informações transmitidas pelos mais diversos meios de comunicação. (PAIVA, 2007, p. 2).



A violência, do ponto de vista científico, passa a ser analisada no tecido social da sociedade que muitas vezes reverbera no interior da escola. Na narrativa anterior fica clara a noção de que é um fenômeno que atinge a todos, existindo também diversos tipos de violência em diferentes espaços, como na rede privada de educação. Porém, a questão da estigmatização de áreas e setores é específica. Nas falas é recorrente a ideia do mal estar que existe ao redor de escolas situadas em áreas periféricas.

Quanto há violências no entorno da escola, é notório o mal estar, o desconforto e a repulsa por parte de alunos/alunas, professores, diretores e demais funcionários, porque se veem impotentes diante dos acontecimentos quase que diários nos seus arredores. Além do sentimento de insegurança, também causa prejuízos no que tange o acesso e a permanência dos vários atores na instituição de ensino. (ABRAMOVAY et al.,2016, p. 67).

Com relação à violência nas escolas, uma pesquisa<sup>11</sup> realizada numa escola localizada no bairro Pirambu da cidade de Fortaleza mostrou que, para os professores entrevistados, 70% dos casos de depredação e danos aos materiais da escola são de responsabilidade dos alunos. “Vale salientar que os episódios apontados como violência contra o patrimônio referem-se aos estragos causados aos materiais, equipamentos e ao próprio prédio da escola, decorrentes de quebradeiras” (ALMEIDA, 2009, p. 110). Esta pesquisa apontou dados relevantes para a compreensão da tipificação de ações de violência na escola, tanto na percepção de professores quanto de alunos.

De acordo com os docentes, 76,7% das agressões físicas acontecem entre alunos e 100% dos professores afirmaram nunca ter acontecido violência praticada de profissionais para alunos. A respeito das agressões verbais, considerou-se que 86,7% são praticadas por alunos contra colegas. No que diz respeito às pichações nas paredes da escola, 86,6% dos docentes consideram ser de responsabilidade dos alunos. Com relação às drogas, 53,3% afirmam que os casos de uso de drogas são praticados pelos alunos dentro da escola e 46,7% preferem não relatar, afirmando que não ocorre esse uso pela comunidade educacional. No que concerne às brigas, 73,3% das opiniões dos professores também conferem aos alunos a responsabilidade.

A perspectiva dos alunos quando indagados a respeito dos principais problemas no ambiente escolar mostra que, 72,9% responderam serem as pichações, 59,3% o

---

<sup>11</sup> Pesquisa referente à tese de doutorado “Avaliação das concepções de violências no espaço escolar e a mediação de conflitos” de Sinara Mota Neves de Almeida. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 17/12/2009.

desrespeito ao professor, 56,8% briga entre alunos, 33,1% desrespeito aos alunos e 30,5% desrespeito aos funcionários. A respeito da violência na escola, 77,1% dos alunos afirmaram sua ocorrência na instituição.

Desse modo, é importante compreender que o fenômeno da violência passa por uma série de estetização da violência em torno de ações e situações comuns ao dia a dia das escolas, como a presença constante da polícia no sentido do controle de ações violentas. A necessidade de pensar essas questões de estetização da violência em torno da conduta de interação e resolução dos conflitos revela que “os dados sobre violação dos direitos humanos e sobre o não respeito à cidadania são alarmantes e preocupantes. Como também o aumento da criminalidade e da violência, gerando um clima de insegurança, o que possibilita falar de uma ‘cultura do medo’”. (BARREIRA, 2011, p. 35). Nesse sentido, o fazer sociológico sempre nos colocou a refletir sobre essas práticas de violência tão presente nos discursos dos sujeitos pesquisados, que ganham espaços fortificados a ponto de se estabelecer uma “cultura do medo”.

Consideramos que a violência ocupa diversas dimensões. A primeira vem ao encontro de um grande apelo social, que decorre fundamentalmente do seu crescimento por meio da criminalidade nas sociedades contemporâneas, originando o aumento da insegurança e da instabilidade, possibilitando uma propalada “cultura do medo”. A segunda é a necessidade de que esta temática seja constituída com todo o rigor e imaginação sociológica, para superar os modismos, a tentação dos apelos sociais e os estereótipos. (BARREIRA, 2011, p. 22).

O fato de estarmos em campo é indissociável de ouvir narrativas generalizantes sobre o quanto os jovens e alunos são ameaçadores, pois muitos fazem parte de gangues e alimentam o tráfico de drogas dentro da região ou mesmo no interior da escola. Tornou-se comum ouvir dos estudantes o relato sobre colegas que faziam parte do convívio e frequentavam a escola, mas foram assassinados em disputas em relação às questões de drogas e territorialidade. O contexto de violências, nesta pesquisa, é pensado em relação às instituições sociais do Estado, na medida em que, nestas, se efetivam práticas dos sujeitos que mobilizam ações no sentido da negociação das violências mediante punições, como também ações restaurativas, como a mediação de conflitos. Logo, para compreender a dimensão social da violência faz-se necessário compreender uma instituição ‘fundante’, o Estado.

O Estado, do mesmo modo que as associações políticas historicamente precedentes é uma relação de dominação de homens sobre homens, apoiada no meio da coação legítima (quer dizer, considerada legítima). Para que ele subsista, as pessoas dominadas têm que se submeter à autoridade invocada pelas que dominam no momento dado. Quando e por que fazem isto, somente podemos compreender conhecendo os fundamentos justificativos internos e os meios externos nos quais se apoia a dominação. (WEBER, 2004, p. 526).

Para pensar o Estado e as práticas punitivas com base na teoria weberiana interessante é fazer uma ligação com as ações sociais visualizadas em torno da socialização dos indivíduos, já que significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou pelos agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu objetivo. No caso das práticas punitivas o objetivo é manter e conter posturas que causem o desequilíbrio social. A racionalização “[...] entendida sob a ótica weberiana enquanto generalização e institucionalização de uma determinada forma de ação social, segundo objetivos ou pontos de vista específicos, em diferentes momentos históricos, em diferentes esferas sociais e contextos culturais” (SELL, 2013, p. 10) mobiliza tais práticas, por meio da socialização.

O Estado e a legitimação de ações sociais no cotidiano naturalizam relações de poderes e violências diversas. Quando se pensa nas relações entre os indivíduos em sociedades constituídas sob o domínio e relação com o Estado como instituição política, seja liberal, neoliberal ou mesmo ditatorial, podemos estabelecer uma íntima ligação com tipos de dominação, em especial aquela baseada na legalidade das ações estatais.

O Estado, como órgão detentor da violência legítima, utiliza-se desta como meio de controle sobre os indivíduos. Entretanto, percebemos que o controle social não se estabelece apenas com esteio na coerção social, como punições e castigos, visto que o Estado é parte integrante do processo civilizatório que indica outras possibilidades do controle para além da violência, portanto, age mediante práticas coercitivas, como também por meio de recursos pacificadores diferenciados e insurgentes na sociedade civil, a exemplo da mediação de conflitos. Assim, o Estado também se apropria, por meio de seus técnicos, interlocutores e diferentes indivíduos, de práticas morais, de experiências relativas a atitudes não-violentas. As discussões sobre violência e controle estão, assim, intimamente relacionadas às problematizações sobre a convivialidade, valores, cultura e moral em nossa sociedade.

Esse conjunto de valores morais e culturais remete ao convívio pacífico nas instituições sociais, revelando contextos nos quais ideias sociais dos indivíduos são

produzidas e vinculadas. Tais ideias são, em algum momento, individuais, porém são mobilizadas em torno de uma significação social com a intenção de moldá-las para que tenha sentido. A ideia de moral é interessante para esclarecer esse pensamento, pois a noção sobre regras e a relação com a formação da conduta dos indivíduos são exemplos eficazes dessa lógica, que também é percebida no interior das escolas. Estas, por sua vez, se munem de práticas morais, que denominam de educativas, que visam ao disciplinamento e a manutenção da ordem.

A vinculação do indivíduo ao meio social é articulada mediante a lógica das formações de grupos sociais fundamentada na moral, que resguardam um pensamento de coletividade em que a ideia de coesão e equilíbrio social está profundamente relacionada. Não obstante, nesse sistema, as ideias são apenas parcialmente autônomas. É verdade que a sociedade não pode existir sem ideias, mas elas são eficazes precisamente na medida em que são sociais, na medida em que recordam aos indivíduos ao que são vinculados e ao que prestam sua lealdade.

A regularidade das práticas morais e ações coletivas visualizadas no cotidiano escolar, por exemplo, são articuladas por meio de ações que visam a manter o equilíbrio e coesão social e que se utiliza de noções instituídas como educadoras para combater e/ou controlar as posições que estão em desacordo ou alteram a ideia da manutenção da ordem escolar. Isso se refere aos hábitos coletivos que são mantidos dentro das manifestações grupais e exercidos em torno de práticas morais. Aquilo que foge ao que está normalizado dentro da estrutura grupal é visto como negativo e está sob vias de reprovação. A escola faz parte dessas representações coletivas em que tem a função social educacional fundamentada em uma estrutura de que a sociedade determina o indivíduo e o sentimento de pertencimento está atrelado pelos vínculos.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Sobre o percurso metodológico e a caracterização dos sujeitos e os interlocutores estes estão situados em papéis diferenciados, segundo suas atuações e espaço que ocupam. Os sujeitos são agentes envolvidos em todo o processo de fundamentação da política educacional em estudo, sendo profissionais da justiça restaurativa, alunos e professores.

A metodologia é exploratória descritiva, recurso relevante para alcançar detalhadamente a experiência de implantação da mediação de conflitos em escolas, em especial no que se refere aos passos instituidores da mediação escolar. Aprofundar experiências definidas, adentrar em campo específico para análise dos fenômenos particulares e das interações sociais dos sujeitos de pesquisa. Assim, o olhar atento ao jogo ritual das relações sociais foi um pressuposto de compreensão metodológica, pois as emoções tem um papel preponderante e expressa informações pertinentes sobre os pesquisados. Entrevistas e observação do cotidiano escolar foram as técnicas de pesquisa utilizadas.

Sendo uma abordagem qualitativa, buscamos adentrar no “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” dos agentes sociais (MINAYO, 2011, p. 21). Assim, a ênfase é resgatar a ideia de que a metodologia vincula um nexo entre as teorias e o campo empírico, favorecendo a aproximação com as narrativas e ações dos sujeitos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa é um ato que é estimulado pela curiosidade em conhecer a fundo seu objeto de investigação. Nessa pesquisa, buscamos compreender a dimensão do fazer sociológico da pesquisa em relação à mediação de conflitos em escolas públicas da cidade de Fortaleza-Ce. Temas como conflitos e violências estiveram presentes nas falas e no dia a dia da pesquisa, pois as problematizações perpassam por essas dimensões.

Os indivíduos unidos pelos vínculos particulares ou sociais, atrelados pelo convívio uns com os outros, também se constituem por meio de conflitos. O conflito é inerente às relações sociais e isso é expresso na teoria simmeliana. A mediação de conflitos é também uma prática de associação entre os indivíduos, fundada na perspectiva da não negação do conflito, mas da busca do convívio apesar de sua existência. Na perspectiva do Estado, como abordado acima, é perceptível a utilização da mediação para construção de convivialidades pacíficas, formas de interações baseadas na restauração de laços. Como mostramos, a ação estatal baseia-se tanto na justiça punitiva quanto na justiça restaurativa, embora essa última ainda não tenha se tornado significativamente representativa. Perguntamos: no caso específico da violência

na escola, é possível outro tipo de convivialidade e de ações restaurativas ao invés de práticas punitivas de combate à violência?

A ideia da mediação é mobilizar a comunidade escolar por princípios norteadores que visam à construção de um ambiente cooperativo, com tolerância e respeito. A mediação, portanto, é a atividade que se propõe a auxiliar um processo de comunicação entre as partes, com a facilitação de uma terceira pessoa (o mediador) e pode ser realizada em diferentes espaços (na escola, na família, na vizinhança, entre amigos, em instituições judiciárias etc.) em que um conflito possa ser mediado por meio do diálogo. Especificamente no campo do judiciário, a mediação faz parte de uma prática atrelada a uma composição diferenciada e menos rígida da solução de conflitos realizada no setor da justiça punitiva, com o objetivo do controle pacífico da prática conflituosa. Por isso, levando em consideração a filosofia da mediação, para além somente do controle, há preocupação de formar mediadores que atentem para a lógica transformativa que a mediação é realizada no indivíduo e não só a lógica do controle da prática conflituosa. A mediação demanda tempo, pois as questões que movem os conflitos são de compreensão intersubjetiva dos envolvidos. A dificuldade está em compreender que os envolvidos nos conflitos podem resolver autonomamente suas próprias questões, apenas mediados por um facilitador.

Exige tempo para a compreensão de todo o movimento do conflito, dos sentimentos e ações dos sujeitos. É uma ação que necessita da escuta para o entendimento de cada um, por isso passa primeiro por uma pré-mediação, ou seja, o momento em que o mediador escuta, em separado, cada uma das partes, para se apropriar da história e sentimentos de cada.

Sobre a dimensão do conflito na escola, afirmamos que as interações sociais são fomentadas e fomentadoras de cotidianos diversos e complexos. De tal forma, as diferentes perspectivas e necessidades dos sujeitos da escola se entrecruzam no dia-a-dia, e, agregados à estrutura hierárquica da escola, configuram relações conflituosas, de desentendimentos e agressões de diversas naturezas. Consideramos ainda o fato de estarmos inseridos em práticas sociais de interações cotidianas, que caracterizam a cultura da violência e do medo impressas nas diversas esferas sociais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens**. Rio de Janeiro: FLACSO, 2016. 97 p.

ALMEIDA, Sinara Mota Neves de. **Avaliação das concepções de violência no espaço escolar e a mediação de conflitos**. 2009. 189f. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2009.

ALINE, Entrevista. Fortaleza. Ceará, 6, julho, 2016.

ANA, Entrevista. Fortaleza. Ceará, 6, julho, 2016.

BARREIRA, César; BATISTA, Élcio. Violência e conflito social. In: BARREIRA, C; BATISTA, É. (Orgs). **(in) Segurança e Sociedade**, Campinas: Pontes, 2011, p. 19-36.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DANIEL, Entrevista. Fortaleza. Ceará, 7, maio, 2016.

FREITAS, Geovani Jacó de. **Ecos da violência: narrativas e relações de poder no nordeste canavieiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

FREITAS, Geovani Jacó de; BRASIL, M. Glauécia Mota; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. Morte em fronteiras: jovens “matáveis” nos celeiros da política e da cidade. **Configurações**, v. 10, p. 1-16, 2012. Disponível em: <<http://configuracoes.revues.org/1509>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Tradução: Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LANDIM, Francisco Edson de Sousa. Entrevista. Fortaleza. Ceará, 5, maio, 2016.

LIBÂNEO, J. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: MF livros, 2008.

MARIA. Entrevista. Fortaleza. Ceará, 18, maio, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PAIVA, Luiz Fábio. Contingências da violência em um território estigmatizado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., Recife, PE, UFPE, **Anais...** Recife, 2007. Disponível em: <[file:///C:/Users/CASA/Downloads/sbs2007\\_gt30\\_luiz\\_paiva%20\(1\).PDF](file:///C:/Users/CASA/Downloads/sbs2007_gt30_luiz_paiva%20(1).PDF)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

RAMOS, K. R.; ALMEIDA, R.O.; PAIVA, I. A.

Caminhos de pesquisa: o percurso teórico-metodológico sobre a mediação de conflitos em escolas públicas do Ceará.

SANTOS, João Bosco Feitosa dos; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. A entrevista como técnica de pesquisa do mundo do trabalho. In: ALVES, G.; SANTOS, J. B. F. dos (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho**. Bauru, SP: Canal 6, 2014, p. 29-52.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Universidade de Brasília, 2004.

ZAGO, N; CARVALHO, M; VILELA, R. **Itinerários de pesquisa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.